



Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata da 167ª Reunião Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às 9h00, conforme prévia convocação por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM. Participaram Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, Aldo Cuomo, Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, José Francisco Dutra da Silva e Fábio Teizo Belo da Silva, membros titulares; Eduardo Bergamaschi Felizola, membro suplente, no exercício da titularidade, em substituição à Conselheira titular Juliana Velho, ausente com justificativa; Ana Luiza Guanaes Marino, Luiz Gustavo de Castro Oliveira e Tiago José Kich Temperani, membros suplentes. Pela Fundação, remotamente: Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor-Presidente; Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos; Joseane da Silva Prado, Assessora Jurídica; Renata Simões de Souza, Assessora; presencialmente: Maria Izabel Canavese Dutra, Chefe de Gabinete; Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa; Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional; Sadrak Alves de Lima, Assessor de Governança. Na abertura da reunião, a Presidente do colegiado deu as boas-vindas e iniciou o 1º item da pauta, referente à proposta de alteração da Política de Elaboração e Gestão de Normativos (Processo SEI nº 271.00000906/2024-38), concedendo a palavra ao Diretor-Presidente. Sylvio informou que a proposta visa simplificar a redação da política, reorganizar a hierarquia normativa e transferir dispositivos de caráter operacional para Regulamento. A Sra. Joseane Prado apresentou o quadro comparativo entre o texto vigente e a proposta, esclarecendo a exclusão da expressão “gestão de documentos” do objetivo da política, por se tratar de matéria disciplinada em normativo próprio. O Conselheiro Fábio Teizo sugeriu ajustes redacionais, incluindo a inserção expressa da etapa de divulgação no processo normativo, bem como aprimoramentos de estrutura e organização textual, sugestões acolhidas para consolidação na versão final. No tocante à hierarquia normativa, Sylvio informou que a proposta inicial previa a retirada do Código de Ética e Conduta, tendo o Conselheiro Fábio se manifestado por sua manutenção. A Presidente esclareceu que o Código de Ética e Conduta constitui documento normativo obrigatório e deve constar expressamente na hierarquia, entendimento acompanhado pelos Conselheiros, restando deliberada, por unanimidade, sua manutenção. Quanto às Portarias, Sylvio esclareceu a necessidade de diferenciar Portaria Normativa de Portaria de Pessoal, proposta acolhida para ajuste na redação

final. Registrou, ainda, que dispositivos de caráter operacional seriam transferidos para Regulamento. No item referente à revisão normativa, Sylvio propôs ao colegiado incluir, como hipótese de revisão, determinações ou recomendações dos Conselhos da Prevcem, ajuste aceito pelos Conselheiros. Quanto à vigência, a Presidente propôs a publicação de nova política em texto integral consolidado, com vigência a partir da data de publicação, excluindo-se a referência anterior ao prazo de 12 meses, com a consequente revogação da política atual, proposta acatada pelos demais Conselheiros. Ao final, o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a proposta de alteração da Política de Elaboração e Gestão de Normativos, com as adequações propostas, solicitando o encaminhamento da versão final consolidada aos Conselheiros para manifestação formal por meio eletrônico e posterior adoção das providências de praxe. Na sequência, a Presidente abriu o 2º item da pauta, referente à proposta de alterações no Planejamento Estratégico – ciclo 2025–2028. Informou que o tema havia sido apreciado em reunião ordinária realizada em dezembro de 2025 e que retornava à pauta com os ajustes solicitados pelo Conselho. O Diretor-Presidente informou que a Diretoria Executiva consolidou as recomendações do colegiado em nota técnica e apresentou as alterações propostas, esclarecendo que, no indicador 07.1, a meta passou de garantia de premiação setorial para incentivo e apoio à participação dos colaboradores, por se tratar de resultado que não depende exclusivamente da PREVCOM; no indicador 07.3, manteve-se a participação em comissões temáticas da ISSA (Associação Internacional de Seguridade Social) e excluiu-se o Fórum de Diversidade da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) como meta estratégica; no indicador 09.1, a meta deixou de considerar posição em ranking e passou a considerar a evolução da nota própria da entidade; e manteve-se a meta de patrocinadores. O Conselheiro José Dutra solicitou esclarecimentos sobre a exclusão do Fórum de Diversidade. A Diretora Administrativa explicou que a simples participação não constitui meta mensurável para planejamento estratégico de quatro anos, embora o tema permaneça como diretriz institucional, e a Presidente reforçou que meta estratégica exige indicador verificável. O Conselheiro Fábio Teizo questionou a redação da meta 1.10.7, por considerá-la genérica e de difícil mensuração; Sylvio reconheceu o apontamento e propôs sua exclusão. A Presidente sugeriu incorporar o conteúdo da meta 1.10.3 à meta 1.10.2, por tratarem de matéria correlata, com exclusão da 1.10.3 como meta autônoma. Não havendo outras manifestações, o colegiado aprovou, por unanimidade, as alterações do Planejamento Estratégico – ciclo 2025–2028, com os ajustes debatidos. O Diretor-Presidente convidou os Conselheiros para a apresentação institucional do Planejamento Estratégico da Fundação, a realizar-se no dia 5, das 10h às 12h, no auditório da Secretaria da Fazenda, na Rua Rangel Pestana, informando que encaminhará os detalhes por e-mail. Na sequência, a Presidente passou ao 3º item da pauta, apresentação do Relatório de Controles Internos do primeiro semestre de 2025, concedendo a palavra ao Sr. Paulo Rafael Minetto Maceta, Presidente do Conselho Fiscal da PREVCOM. Paulo informou que o relatório foi finalizado em 25 de novembro, esclareceu que três conselheiros assinaram a ata do Conselho Fiscal e que o Conselheiro Leonardo Sultani, embora de acordo, não a assinou por não integrar o colegiado no período analisado. Destacou que a rentabilidade consolidada superou a meta e que o Conselho Fiscal recomendou atenção permanente à aderência aos limites e à legislação; informou não haver apontamentos relevantes quanto ao plano de benefícios; reiterou recomendação de atualização contínua da governança e de aprimoramento do monitoramento; e

ênfatiou preocupação com a rotatividade do quadro, recomendando retenção de talentos e fortalecimento da gestão do conhecimento. O Conselheiro Eduardo Felizola questionou as causas da rotatividade de colaboradores, e Paulo respondeu que não houve levantamento formal, mas que foram observadas movimentações nas áreas de auditoria, contabilidade e investimentos, ressaltando a necessidade de preservar o conhecimento institucional. O Diretor-Presidente esclareceu que as substituições decorreram majoritariamente de questões pessoais e que foram adotadas medidas para garantir transição organizada e preservação documental. O Conselheiro Demetrius parabenizou o Conselho Fiscal e destacou a importância do acompanhamento da sucessão na Diretoria de Investimentos. A Presidente reforçou a relevância da participação de Paulo no Comitê de Elegibilidade responsável pelo processo seletivo em andamento e agradeceu sua atuação. O Conselheiro José Dutra parabenizou o trabalho do Conselho Fiscal e ressaltou a observância dos princípios de impessoalidade e transparência. Paulo agradeceu e colocou o Conselho Fiscal à disposição. Não havendo outras manifestações, a Presidente agradeceu a participação e deu seguimento à pauta. Em continuidade, a Presidente concedeu a palavra à Diretora de Investimentos, Francislene Nascimento, para apresentação do 4º item da pauta – Relatório Mensal de Investimentos, posição dezembro de 2025. Informou que o patrimônio total atingiu aproximadamente R\$ 4,8 bilhões, com arrecadação superior à média em razão do pagamento do décimo terceiro salário; a alocação manteve perfil conservador, com predominância de renda fixa indexada ao DI e à inflação, representando cerca de 87,6% da carteira, distribuída entre 21 gestores e 37 fundos investidos. No mês, a rentabilidade foi de 1,08%, frente à meta de 0,72%, e, no acumulado de 2025, atingiu 13,12%, superando a meta atuarial de 8,96%, observando que a referência adotada é IPCA + 4,5%, com resultado superior ao alvo estabelecido. Destacaram-se desempenhos positivos em renda variável, fundos imobiliários, FIPs e carteira de empréstimos, sendo investimentos no exterior a única classe com resultado negativo no exercício, com baixa participação na carteira. Nos horizontes de 12, 24 e 36 meses e desde o início das operações, os resultados permaneceram superiores à meta. O PGA manteve-se integralmente alocado em DI, com desempenho superior ao índice no período. Relatou redução da concentração no Itaú de 38% para 21%, mediante diversificação e aquisição de títulos públicos para imunização de carteira; comunicou alterações pontuais na equipe de investimentos e a obtenção do Selo de Governança em Investimentos da Abrapp; apresentou evolução da alocação sustentável de R\$ 300 milhões para R\$ 365 milhões e a publicação do primeiro relatório de Stewardship. O Conselheiro Demetrius parabenizou Francis pela condução dos investimentos. O Conselheiro Eduardo Felizola parabenizou pela evolução na diversificação e pela redução da concentração no Itaú, sugeriu incluir na apresentação coluna comparativa com a posição de 12 meses anteriores na distribuição por plano para permitir análise de crescimento relativo, recomendou explicitar nos slides o percentual de participação de cada classe de ativo ao lado das respectivas rentabilidades para melhor visualização do impacto no resultado consolidado e indagou sobre eventual revisão futura da meta atuarial. Francis recebeu as sugestões de aprimoramento da apresentação, esclarecendo que a revisão de meta pode ser submetida ao Conselho, se assim deliberado; ressaltou a limitação decorrente da carteira de NTN-B marcada na curva, com taxa média de IPCA + 5,50%, e destacou que eventual elevação de meta exige análise de risco e compatibilidade com a estrutura atual. Sylvio ponderou que a discussão sobre meta deve evoluir para modelo que considere perfis diferenciados de participantes conforme horizonte

temporal e tolerância ao risco. O Conselheiro Aldo registrou a qualidade da apresentação. Demetrius reforçou a importância de futura revisão estratégica da política de investimentos com eventual novo Diretor ou Diretora de Investimentos e parabenizou Francis pela redução de risco mediante marcação na curva. O Conselheiro José Dutra parabenizou Francis pela condução responsável, destacou a postura prudente da Diretoria diante do cenário de mercado e registrou manifestação positiva quanto à comunicação institucional, esclarecendo a inexistência de exposição dos investimentos da Fundação ao Banco Master. A Presidente passou ao 5º item da pauta – Apresentação do Plano de Ação e Auditoria, posição dezembro de 2025 e janeiro de 2026, e concedeu a palavra à Sra. Renata, que apresentou ferramenta em desenvolvimento pela Diretoria de Tecnologia da Informação para monitoramento dos apontamentos e recomendações, com controle de responsáveis, prazos, fases e riscos associados. Informou que foram concluídos integralmente os planos relativos à desativação de contas na Tecnologia da Informação e à implantação do Plano de Empregos, Carreiras e Salários – PECS, viabilizado pelo Decreto nº 70.431, de 20 de janeiro de 2026, e concluídos parcialmente os planos referentes à formalização das práticas de avaliação de desempenho e à reestruturação do quadro de pessoal, cujas etapas permanecem em implementação. Registrou que permanece em elaboração, sob responsabilidade do Gabinete da Presidência, a política de seleção de conselheiros, com previsão de conclusão até o final do primeiro semestre, bem como os mecanismos de avaliação dos órgãos de governança, previstos para o final do primeiro quadrimestre. Informou que a minuta de declaração de tolerância a riscos encontra-se em análise pela Diretoria Executiva, para posterior submissão ao Conselho Deliberativo. Esclareceu que, quanto à Auditoria Interna, permanece em avaliação eventual necessidade de apoio técnico especializado após a nomeação da nova Auditora. Informou que foram instituídos indicadores de Compliance, aprovados pela Diretoria Executiva. Registrou, na Diretoria Administrativa, avanços no concurso público e aprimoramentos nos processos de contratação e gestão documental, com destaque para a implementação do SEI. Informou, na Diretoria de Tecnologia da Informação, ações relativas à implementação do sistema Salesforce, ferramenta de gestão de relacionamento com participantes (CRM), à aprovação do Plano de Recuperação de Desastres e do Plano de Continuidade de Negócios, bem como contratações voltadas à segurança cibernética. Na Diretoria de Relacionamento Institucional, informou a elaboração de manual de conduta aplicável aos agentes de seguradora e a continuidade do mapeamento de processos e da estruturação de rotina de controle de qualidade. O Conselheiro Fábio recomendou que eventuais reprogramações de prazos para cumprimento das ações sejam acompanhadas das respectivas justificativas. Não havendo outras manifestações, a Presidente agradeceu e deu seguimento à pauta. No 6º item da pauta, o Diretor-Presidente informou que 2026 será marcado pela implementação de sistemas estruturantes, com destaque para o rollout do Salesforce como CRM central. Relatou visitas técnicas à Funpresp – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, para avaliação de sistemas de gestão de seguridade. Comunicou a transição na Diretoria de Investimentos e informou que poderá submeter proposta para exercer, interinamente, a função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ até a nomeação do novo Diretor de Investimentos. Informou que está em elaboração o aprimoramento das Políticas de Investimentos para contemplar estratégias temporais e perfis de risco. Comunicou a publicação do edital do processo seletivo da Diretoria Executiva, já encaminhado aos colegiados. Registrou a publicação do Decreto nº 70.431/2026, relativo ao

quadro de pessoal da Fundação. Informou que a nomeação da Auditora Interna encontra-se em tramitação na Casa Civil para posterior formalização. Comunicou que o concurso público está na fase de autorizações no SISAUT e que encaminhará, por e-mail aos Conselheiros, atualização do cronograma do processo eleitoral dos representantes eleitos. No 7º item da pauta, a Presidente do Conselho Deliberativo informou a necessidade de retificação de dois erros materiais na Ata da 166ª Reunião Ordinária do colegiado. O Secretário Paulo Bueno detalhou os ajustes, ambos de natureza redacional e sem impacto no mérito, esclarecendo que o primeiro refere-se à explicitação de que a aprovação das Políticas de Investimentos abrangeu os nove planos de benefícios administrados pela Fundação e o Plano de Gestão Administrativa – PGA, mantido integralmente em renda fixa, e o segundo à correção da expressão “custeio de risco” para “custeio administrativo”. Marina recomendou que as minutas das atas sejam previamente revisadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente para fins de conferência técnica, antes da coleta de assinaturas. Maria Izabel informou o início do prazo de apreciação de recursos relativos às impugnações de candidaturas no processo eleitoral dos representantes eleitos nos colegiados, a previsão de publicação final da lista em 9 de fevereiro, e que encaminhará o cronograma atualizado por e-mail. Marina informou que a Fundação aguarda a habilitação, pela PREVIC, de dois membros suplentes dos colegiados e que, após a habilitação, convocará reunião extraordinária do Conselho Deliberativo. Não havendo outras manifestações, a Presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário, lavrei e subscrevo a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

Marina Brito Battilani
Presidente do Conselho

Aldo Cuomo
Conselheiro

Demetrius Queiroz do Rêgo Barros
Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva
Conselheiro

Eduardo Bergamaschi Felizola
Conselheiro

José Francisco Dutra da Silva
Conselheiro



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Bergamaschi Felizola, Conselheiro**, em 09/03/2026, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 09/03/2026, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva, Conselheiro**, em 10/03/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz Do Rego Barros, Conselheiro**, em 10/03/2026, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 11/03/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 13/03/2026, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alessandro da Silva Bueno, Assistente Técnico Previdência Complementar I**, em 13/03/2026, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0098361429** e o código CRC **C9AD63E8**.